

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE202404/1197

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direção

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Economia

Organismo: Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direção Intermédia de 1º grau

Área de Actuação: No âmbito das competências constantes no capítulo V, artigos 18.º a 21.º do Despacho n.º 9353/2019, publicado em DR, 2ª Série, n.º 199, de 16 de outubro de 2019.

Remuneração: 3207,91

Suplemento Mensal: 334.19 EUR

Conteúdo Funcional: O constante nas alíneas do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: Licenciatura

Perfil: a) Experiência profissional relacionada com área funcional colocada a concurso;
b) Capacidade de análise, de planeamento e organização;
c) Competências de liderança e aptidão técnica para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo na área de atividade a concurso;
d) Capacidade de decisão e espírito de equipa;
f) Elevado sentido ético.

Métodos de Selecção a Utilizar: Avaliação curricular e entrevista pública de seleção

Composição do Júri: Presidente do júri: Eng. Paulo Pamplona, Diretor de Serviços de Administração Marítima da DGRM
1º Vogal efetivo: Dr. Ricardo Veloso Carvalho, Diretor de Serviços de Estratégia da Direção Geral de Política do Mar
2ª Vogal efetiva: Professora Doutora, Cristina Caldeira da Universidade Europeia (UE)

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	1	Avenida Brasília	Lisboa	1449030 LISBOA	Lisboa	Lisboa
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	1	Avenida Brasília	Lisboa	1449030 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.
A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Não

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social:

Apresentação de Candidaturas

Local: <https://recrutamento.dgrm.mm.gov.pt>

Formalização da Candidatura: Os interessados deverão apresentar a sua candidatura no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), mediante submissão na plataforma de recrutamento da DGRM em <https://recrutamento.dgrm.mm.gov.pt>

As candidaturas, devidamente identificadas com código da publicação do procedimento na BEP a que se candidata, devem ser apresentadas em suporte eletrónico no prazo de dez (10) dias úteis a partir da presente data, obrigatoriamente, através da plataforma eletrónica de recrutamento da DGRM, disponível no link

<https://recrutamento.dgrm.mm.gov.pt>, mediante o preenchimento do dados solicitados e anexação dos documentos que instruem a candidatura:

1. Identificação: nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, número e data de emissão e validade do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, ou cartão de cidadão, número fiscal de contribuinte, residência, código postal;
 2. Carreira, natureza do vínculo e serviço a que pertence na Administração Pública;
 3. Indicação do procedimento concursal a que se candidata, mediante referência ao Aviso de Abertura, no Diário da República.
 4. Os requerimentos devem ser acompanhados dos seguintes elementos:
 - a) Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado, do qual devem constar, nomeadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos, designadamente em cargos dirigentes, as atividades relevantes e a formação profissional detida, entidade que a promoveu, bem como o período em que as ações de formação decorreram e respetiva duração;
 - b) Cópia legível do certificado de habilitações literárias;
 - c) Cópias legíveis dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas;
 - d) Declaração atualizada, emitida pelo organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem a categoria atual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na carreira, na categoria e na função pública;
 - e) Outros documentos instrutórios do curriculum vitae considerados adequados pelos candidatos.
 5. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a respetiva situação, a apresentação de documentos autênticos ou autenticados, comprovativos das suas declarações.
 6. A não apresentação dos documentos solicitados no presente aviso determina a exclusão do concurso.
 7. O concurso é válido para o preenchimento do cargo acima mencionado, sendo o prazo de validade fixado em seis meses contado a partir da data da publicação da lista de classificação final.
- Os candidatos serão notificados para a realização da entrevista, bem como do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme estabelece o n.º 11, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Contacto:

Data de Publicação 2024-04-26

Data Limite: 2024-05-13

Observações Gerais: